



remaea

## Um estudo reflexivo das produções textuais publicadas da etnia Kokama

Geruzethe Urbano Arcanjo<sup>1</sup>

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4193-1912>

Renato Abreu Lima<sup>2</sup>

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0006-7654>

Taciana de Carvalho Coutinho<sup>3</sup>

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4944-0595>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho foi analisar as informações publicadas em sites, jornais e artigos que retratassem a educação Kokama através de uma pesquisa bibliográfica. Das análises realizadas, percebeu-se que o povo Kokama passou por vários conflitos, principalmente de identidade, no decorrer de sua história. O fortalecimento da identidade étnica emergiu a partir de 1993, com o incentivo de lideranças Ticuna ao processo de mudanças e fortalecimento do povo Kokama, que se reorganizou e se reafirmou como povo indígena. Nesse período, a educação escolar Kokama conseguiu mais avanços do que retrocessos, dos quais se destacou a criação de várias escolas nas comunidades autodeclaradas. Por meio dos resultados obtidos, espera-se que o estudo sirva de incentivo para mais trabalhos referentes à educação indígena Kokama.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Educação Tradicional. Educação Escolar.

## Un estudio reflexivo de las producciones textuales publicadas de Kokama ethnic

**Resumen:** El objetivo de este trabajo fue analizar la información publicada en sitios web, periódicos y artículos que retrataban la educación de Kokama de una búsqueda bibliográfica. Los análisis realizados, se dio cuenta de que la gente de Kokama pasó por varios conflictos, principalmente de identidad, a lo largo de su historia. El fortalecimiento de la identidad étnica surgió a partir de 1993, con el estímulo de los líderes de Ticuna al proceso de cambio y fortalecimiento del pueblo Kokama, que se reorganizó y se reafirmó como pueblo indígena. Durante este período, la educación escolar de Kokama progresó más que los contratiempos, incluida la creación de varias

<sup>1</sup>Graduada em Ciências: Biologia e Química, Instituto de Natureza e Cultura (INC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), E-mail: [geruzeth.urbano@gmail.com](mailto:geruzeth.urbano@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia, Docente do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA/UFAM), E-mail: [renatoal@ufam.edu.br](mailto:renatoal@ufam.edu.br)

<sup>3</sup>Doutora em Recursos Naturais, Docente do Instituto de Natureza e Cultura (INC/UFAM), E-mail: [tacianacoutinho@ufam.edu.br](mailto:tacianacoutinho@ufam.edu.br)

escuelas en las autodeclaradas comunidades. A través de los resultados obtenidos, se espera que el estudio sirva como incentivo para seguir trabajando en la educación indígena Kokama.

**Palabras-clave:** Educación ambiental. Educación tradicional Educación escolar.

### **The reflective study of textual productions published by the Kokama ethnic**

**Abstract:** The objective of this work was to analyze the information published on websites, newspapers and articles that portrayed Kokama education with through a bibliographic search. Through the analyzes performed, it was realized that the Kokama people went through several conflicts, mainly of identity, throughout their history. The strengthening of ethnic identity emerged from 1993, with the encouragement of Ticuna leaders to the process of change and strengthening of the Kokama people, who reorganized and reaffirmed themselves as indigenous people. During this period, Kokama School Education made more progress than setbacks, including the creation of several schools in the self-declared communities. The results obtained, it is expected that the study will serve as an incentive for further work on Kokama indigenous education.

**Keywords:** Environmental education. Traditional education. Schooling.

### **Introdução**

Em todos os continentes, os povos indígenas continuam sofrendo intensa discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas, linguísticas e ambientais (GALLOIS, 2008).

A história indígena brasileira é marcada por diferentes processos de conflitos étnicos, sociais, culturais, educacionais, dentre outros. Uma das fases primordiais para a fragmentação dos povos indígenas foi o período colonial, quando diversos povos foram dizimados no contexto nacional. Contudo os povos indígenas, na contemporaneidade, lutam para manter vivas as identidades e assim transmitir a cultura aos seus descendentes.

No Brasil, apesar de todas as ameaças socioambientais, há uma diversidade de povos indígenas que apresentam sistemas de educação diferenciados dos que foram propagados aos seus antepassados. Cada etnia possui a sua própria maneira de educar, repassando para as gerações seguintes seus conhecimentos tradicionais, suas crenças e valores.

Afinal, as preocupações mundial e nacional com a preservação do meio ambiente e com uso sustentável dos seus recursos favoreceram ideias em defesa da educação como ferramenta fundamental no processo da promoção pública da conscientização da importância da defesa do meio ambiente (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

Regulada pelas orientações advindas da Constituição Federal de 1988 nasce a lei 9.795, de 27 de abril de 1999 no Brasil. Este documento traz considerações e aplicabilidades sobre a Educação Ambiental (EA), definindo avanços significativos sociais em todas as esferas, salientando que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da

educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (URRUTH; CALIXTO, 2018).

Assim, ficou definida a presença da EA em todos os processos de ensino e aprendizagem no espaço escolar formal, não formal e informal. Possibilitando ações e ensinamentos em que todas as pessoas estão inseridas, uma vez, que quando se fala em *res omnium* além de ser um direito de todos passa também a ser um dever a sua preservação, conservação consciente e relação pacífica. E com essa finalidade é mister o conhecimento, as estratégias e formas de relacionar-se com o ambiente urbano e natural (URRUTH; CALIXTO, 2018).

Dessa forma, uma alternativa proposta foi a inserção de uma educação escolar ocidental e disciplinar nas áreas indígenas, pois se sentiu a necessidade de uma educação que viesse abranger, no contexto da sociedade indígena, os requisitos da educação formal baseada nos modelos ocidentais. Registrando informações com os poucos indivíduos Kokama que ainda dominam o idioma, destacando-se os senhores de notório saber tradicional.

Na tentativa de resgatar o que foi perdido, os Kokama estão passando por um processo de preservar de sua identidade étnica, destacando a revitalização da língua materna. Nesse contexto, a problemática do estudo focou em conhecer a educação indígena Kokama e o histórico de transformações vivenciadas acerca do processo que foi repassada de geração a geração.

O campo da educação escolar indígena no Brasil historicamente está alinhado a grandes enfrentamentos, seja no campo das políticas públicas ou no cumprimento de uma educação específica e diferenciada pelos governos federais, estaduais e municipais. É sabido que a Constituição Federal (CF) de 1988 constituiu um documento importantíssimo para os movimentos indígenas e para as próprias comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil. No campo da educação a CF possibilitou direitos a uma educação própria bem como a possibilidade de que isso poderia ser realizado pelos próprios indígenas em suas comunidades (SANTOS; ALVES, 2020).

Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar as informações publicadas em sites eletrônicos, jornais e artigos científicos que retratassem a educação Kokama por meio de uma pesquisa bibliográfica.

## Material e Métodos

O estudo teve como protagonista os Povos Indígenas Kokama. A motivação pela escolha da educação escolar Kokama perpassou pela própria história de transformações vividas pelos autores em realizar a pesquisa permitindo a discussão a partir do seu olhar em relação à história de transformações vivenciadas pela etnia estudada.

A pesquisa por meta-análise se caracteriza como sendo uma metodologia que, de acordo com Sánchez Meca (1999), tem como propósito adotar as revisões de rigor, objetividade e sistematização necessários para ser chamado de verdadeiro saber científico.

A identificação dos artigos de interesse foi realizada no ano de 2018, utilizando a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e demais bases de publicações, a partir da combinação das palavras-chaves pré-definidas: “Educação indígena”; “Educação Ambiental”; “(OGCCIPK) Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama” e “etnia Kokama”. Os artigos selecionados foram lidos e seus resultados sistematizados.

A busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol, considerando artigos publicados nos últimos 10 anos (2008-2018). Na segunda etapa, foram aplicados os critérios de exclusão, por meio da leitura dos títulos e resumos dos artigos, considerando inadequados para os objetivos propostos neste estudo aqueles artigos que não continham as palavras-chaves já descritas anteriormente.

As listas de referências dos estudos selecionados foram utilizadas com o intuito de localizar artigos que não foram encontrados nas bases de dados. Esses artigos foram submetidos, da mesma maneira, aos critérios de inclusão e exclusão das palavras-chaves. Os artigos incluídos foram submetidos à leitura e à sistematização dos resultados e, em seguida, agrupados em três categorias conforme a natureza de obtenção de suas respectivas amostras.

A pesquisa bibliográfica permitiu registrar imagens e documentos já publicados por diversos autores e que serviram para compor um estudo mais detalhado sobre o que já foi estudado e o que pode ser estudado, desta maneira, oportunizando os sujeitos sociais (alunos indígenas) a serem protagonistas da construção das suas pesquisas.

## Resultados e Discussão

### Processo histórico da Etnia Kokama

Verificou-se que a partir do movimento Kokama pela Mesorregião do Alto Solimões (localizada no Sudoeste do estado do Amazonas compreende os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, totalizam uma área de 213.281,24 km<sup>2</sup>) (ARCANJO, 2018), novas necessidades e lutas foram sendo estabelecidas. Nessa construção de reafirmações, os povos Kokama tiveram fortes influências da religião cruzada (católica, apostólica e evangélica), ocorrida pelo movimento da Santa Cruz, em 1972. O fundador desse movimento foi o Irmão José Francisco da Cruz, um dos influenciadores, atuando para que os povos Kokamas buscassem pelo seu reconhecimento, da identidade étnica dos Kokama.

Vieira (2016, p. 97) destaca que “a partir de 1971 muitas comunidades Kokama se tornaram adeptas da Irmandade da Santa Cruz, uma religião cristã, fundada por um profeta brasileiro [...]”. Hoje em dia esses indígenas incorporaram a igreja cruzada em sua nova identidade étnica. Explorados sucessivamente por missionários, patrões e regatões, seja por agentes da sociedade colonial e da nacional, renunciaram ou ocultaram em parte os seus elementos culturais por questões de sobrevivência.

Sobre a origem dos povos Kokama, há inúmeras discussões acerca da mobilidade desses povos nas áreas transfronteiriças, como é o caso do Brasil, Peru e Colômbia. Nesse diálogo, Rubim e Faulstich (2014, p. 115) reuniram diferentes contextos para esclarecer esse processo migratório dos Kokama, pois há inúmeros registros de povos indígenas na Amazônia Peruana. Não obstante, o povo Kokama também tem essa espécie de preconceito com o seu povo, considerando os Kokama verdadeiros ou de puro sangue, aqueles que têm descendência peruana (PENAFORTE, 2020).

No decorrer da história do povo Kokama foram encontrados registros da presença desse povo no Solimões e na região do Marañón desde o século XVII, mais exatamente entre 1639 e 1691. Curt Nimuendaju no seu mapa etnohistórico assinala este período e também a data de 1710, indicando a localização desse povo às margens daqueles grandes rios (FREITAS, 2002).

Os comentadores regionais relatam ainda hoje que os Kokama constituíam um povo que vivia em constante movimento (ALMEIDA; RUBIM, 2012). Teriam então, em busca do látex das seringueiras, descido o rio Amazonas e adentrando nas matas em busca desse valioso produto, chegando assim ao Brasil. No trabalho de Ramos (2004), *Formas de estar na história: Etnicidade, Política e Narrativa*, é retratada a comunidade de Sapotal Kokama, localizada no município de Tabatinga, cidade brasileira que faz fronteira com Peru e Colômbia, uma comunidade formada por filhos de pais Kokama oriundos do Peru, sendo uma das pioneiras do Brasil.

No recorte histórico, a década de 1990 foi marcada por inúmeras conquistas no âmbito das demarcações de terras indígenas e na educação. Um primeiro marco foi a transferência da responsabilidade pela educação indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para os municípios, diminuindo o processo burocrático e visibilizando tal responsabilidade a estes (fazendo com que os municípios enxergassem a educação indígena), conquista realizada no ano de 1993 pelas Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1993).

Outro marco interessante destacado foi o reconhecimento, por parte do Governo federal, em 1996, de 21 comunidades indígenas Kokama, das 62 comunidades existentes. Nessa configuração, frisa-se a discussão de Little (2004) sobre territorialidade, o qual a define como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente físico, convertendo-se, assim, em “território”. Nessa luta, os povos Kokama apresentaram várias discussões acerca das suas identidades étnicas objetivando o reconhecimento de que são povos indígenas.

Dessa forma, os Kokama foram estabelecendo movimentos perante a FUNAI, o que desencadeou na composição e organização dos povos indígenas Kokama. De acordo com Almeida (2008, p. 7), “em 2000, formamos a nossa organização dos povos indígenas Kokama, a OGCCPK. Com nosso movimento, conseguimos benefícios, especialmente saúde, educação, e nossas escolas Kokama”.

Para a questão da educação indígena Kokama, ressaltou-se a importância da OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues) na abertura de diálogos sobre a inserção de professores Kokama em parceria com o Povo Ticuna. Porém, como analisado por Almeida (2008), especificamente para a cidade de São Paulo de Olivença (SPO), foi descrito

como uma educação do povo Kokama, em SPO, começa em 2006, com a entrada de três professores na OGPTB, José Maria, Norton e Jenival. Na época foi difícil inserir outros Kokama, porque a secretaria de educação não aceitou entrada de quem não estava trabalhando na sala de aula.

Portanto, a história de formação de lutas por direitos a uma Educação intercultural dos Kokama perpassou pelas conquistas vivenciadas pelos Ticuna, a partir do estabelecimento de suas organizações, iniciadas em períodos anteriores aos Kokama.

Para o ano de 2006, destacou-se o convênio da OGPTB com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) para o curso de Licenciatura Intercultural dos professores indígenas. No município de SPO, em 2009, houve a criação da educação escolar indígena Kokama bem como a conquista de vagas para coordenar as partes pedagógicas de suas escolas. Essa, sendo uma reflexão válida aos povos Kokama sobre suas histórias de lutas e conquistas (ARCANJO, 2018).

Na ordem cronológica de conquistas, em 2011, os Kokama conquistaram o reconhecimento de 11 escolas indígenas pelo MEC – Ministério da Educação, como escola indígena Kokama. Um marco registrado em 2012 foi a conquista de espaço para levar a língua Kokama para ser ensinada nas escolas. Outro salto foi a presença dos alunos indígenas presentes nas universidades, a partir do auxílio da Bolsa Permanência, pois o recebimento da bolsa permitiu a fixação de indígenas nas universidades, aumentando o direito ao ensino superior em 2014 (ARCANJO, 2018).

Oliveira et al. (2010) cita em seu estudo que os indígenas participantes destacaram que estas populações sofrem diretamente com os problemas ambientais globais, por esse motivo, a EA deve aprofundar a reflexão crítica sobre os processos degeneradores de seus ambientes de vida: agricultura transgênica, contaminação dos solos e água, concentração de terras, destruição da biodiversidade das florestas, sendo a problematização desta temática um compromisso que deve ser assumido pela escola.

Norteados pela organização dos povos Ticuna, os Kokama iniciaram a sua luta no movimento indígena, reivindicando o direito à alteridade, permitindo a reafirmação identitária do povo Kokama em diferentes territórios. Dessa maneira, evidenciou-se a importância de estudos realizados sobre a temática para permitir compilar informações que sintetizam a luta dos Kokama sobre a importância da educação intercultural, como um elemento de resgate de sua identidade.

A educação indígena organiza-se em processos tradicionais de aprendizagem, que envolvem saberes e costumes característicos de cada etnia. Estes saberes/conhecimentos são ensinados/aprendidos de forma oral no dia a dia, nos rituais, nos mitos e nas distintas formas de organização de cada comunidade. No entanto, várias etnias indígenas têm buscado a educação escolar como um aporte de redução da desigualdade, de afirmação de direitos e conquistas, além da promoção do diálogo intercultural entre diferentes agentes sociais (SOBRINHO; SOUZA; BETTIOL, 2017).

### **Etnia Kokama: levantamento da produção acadêmica/científica**

Pelos critérios de inclusão e exclusão das palavras-chaves, dezesseis (16) trabalhos (Quadro 1) foram selecionados e compuseram a base de informações sobre a educação indígena Kokama.

**Quadro 1:** Publicações encontradas de acordo com o recorte temporal

	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de publicação</b>	<b>Ano</b>
1	VIEGAS, C. W.	Natureza e direções das mudanças linguísticas observadas entre os últimos falantes do Kokama nativos no Brasil.	Dissertação de Mestrado	2010
2	CABRAL, A. S. A. C. e VIEGAS, C. W.	Gramática Kokáma.	Livro	2011
3	BENDEZZOLI, S.	Políticas públicas de educação escolar indígena e formação de professores ticunas no Alto Solimões-AM.	Tese de Doutorado	2011
4	ALMEIDA, A. W. B. e RUBIM, A. C.	Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas.	Artigo (Revista Brasileira de Linguística Antropológica)	2012
5	PAIVA, I. T. P.	A Interculturalidade na Escola Indígena.	Artigo (Revista Eletrônica Mutações)	2013

6	YAMADA, M. A. e PORTO, V.	JAWATI TININ Elaboração de material didático bilíngue Kokáma-Português para a Comunidade Indígena	Monografia	2013
7	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	Movimento Kokama em São Paulo de Olivença-AM	Livro	2013
8	RUBIM, A. C. e FAULSTICH, E.	Aspectos de política linguística na elaboração de materiais didáticos para a língua Kokama.	Publicação em Congresso Internacional	2014
9	CIME	Por Uma Educação descolonial e libertadora – Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil.	Livro	2014
10	VIEGAS, C. W.	Línguas em rede: para o fortalecimento da língua e da cultura Kokama.	Tese de Doutorado	2014
11	CNPI	Marcos históricos etapa regional Alto Solimões	Conferência Nacional de Política Indigenista	2015
12	PAIVA, N. S.; SANTOS, J. N. e ROCHA, S. E. A. R	Educação escolar indígena nas escolas municipais de Manaus: caminhos e processos	Publicação em Congresso Nacional	2015
13	RUBIM, D.S.	Traçando novos caminhos: ressignificação dos Kokama em Santo Antonio do Içá, Alto Solimões – AM	Dissertação de Mestrado	2016
14	VIEIRA, J. M. T.	A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru	Tese de Doutorado	2016

15	RUBIM, A. C.	Professores Indígenas e processos de Territorialização na cidade de Manaus/AM/Brasil	Artigo (Revista América Crítica)	2017
16	CARVALHO, V. R.	Qualidade da educação ofertada aos alunos Kokamas da Escola Municipal Indígena Paraná da saudade-comunidade Tauaru.	Monografia	2017

Fonte: Arcanjo (2018).

Enfatizou-se, no transcurso de descrição dos trabalhos acima mencionados, a prioridade no resgate da língua materna, uma vez que, para os indígenas, é a principal característica para valorizar a sua identidade e consciência étnica. Por muitas vezes, diante das reivindicações feitas ao governo brasileiro, exigiu-se que seus representantes se comunicassem na sua língua materna, como uma forma de considerar a possibilidade da existência de um povo. Segundo uma pessoa do povo Kokama descrito na *Nova Cartografia Social da Amazônia* (2013, p. 4): “Estou alegre por falar minha língua. Queremos nossa terra. Eu fui a Brasília e pediram para eu falar meu idioma. Falei, eu sei falar no meu idioma, eu não sei ler, mas na língua, eu sei falar”.

Com base nos levantamentos realizados no recorte temporal de 10 anos, inferiu-se a do autor destacado no referido quadro: RUBIM, A. C., com três publicações, e VIEGAS, C. W., também com o mesmo número de publicações. Os demais autores aparecem apenas uma única vez nesse recorte avaliado, o que constatou a pouca visibilidade ao tema “Educação Indígena Kokama”.

A importância da educação indígena perpassa por questões superiores, que têm sido as afirmações de suas identidades étnicas perante o processo histórico de ganhos, perdas e transformações. No caso dos Kokama, a luta foi travada a partir do momento em que foram forçados a enviar suas crianças para escolas dirigidas pelas ordens religiosas (ALMEIDA; RUBIM, 2012).

Complementaram esse discurso os relatos apresentados por Almeida (2008), em projeto realizado nas comunidades indígenas de São Paulo de Olivença, os quais permitem analisar uma escalada de conhecimentos tradicionais de uma geração de antecedentes

conhecedores e falantes da língua e de novas gerações de crianças, jovens e adultos conhecedoras da sua cultura, porém não praticantes da sua língua.

O povo Kokama possuem um histórico de luta por sua cultura, desde o domínio da língua e organização de uma educação que valorize os modos próprios de aprendizagem a partir da interculturalidade e bilinguismo, até ações comunitárias para afirmação da sua identidade étnica. Portanto, a identidade é dimensão fundamental para a etnicidade Kokama (ARCANJO, 2018).

Rubim (2016, p. 39) afirmou que “os Kokama em sua maioria foram diretamente afetados, acompanharam tanto as missões como também os exploradores, sendo participantes do fluxo imigratório para o Brasil, uma vez que habitavam a região peruana” e Rubim; Faulstich (2014, p. 113) descreveram, em sua estrutura, que, “No Brasil, houve um processo rápido de domínio político pelos colonizadores que tiveram como principal instrumento de dominação a igreja para que todos os povos existentes neste país fossem levados a abandonar suas línguas, suas culturas e suas tradições”.

Com base nessas informações, os autores foram enfáticos, quando se trata de reconhecimento da etnia Kokama, afirmando que “foi uma população que sentiu fortemente o impacto da colonização” Rubim; Faulstich (2014, p. 112). Em alguns trabalhos, são retratados como uma população desorganizada quando se trata de ir em busca de seus direitos, porém não estavam preparados psicologicamente e institucionalmente para fazer as suas devidas reivindicações, pois, nas primeiras tentativas realizadas pelas lideranças, obtiveram como respostas que não existia mais essa etnia, pelo fato de terem perdidos a sua identidade étnica.

Com o passar do tempo, começaram a se reorganizar, buscando seus direitos, dentre eles o (RANI) Registro Administrativo de Nascimento Indígena. Com o direito ao RANI, vários índios Kokama tiveram acesso a diversos serviços reservados aos povos indígenas, como a saúde e a educação. Esse registro é importante, pois caracteriza, em um pedaço de papel, a comprovação da identidade étnica. A partir de tal “reconhecimento em papel”, os Kokama puderam exigir que suas escolas passassem ao *status* de indígena e, por conseguinte, a inserção da língua materna na matriz curricular, conquistando o direito de uma escola e educação diferenciada, valorizando a educação intercultural.

Observou-se nas obras consultadas que muito se discute sobre a implementação da educação diferenciada nas escolas indígenas. Clama-se para que as mesmas, por ser uma das instituições responsáveis pela propagação do saber, trabalhem com a linguagem intercultural e utilizem em seus ensinamentos a inclusão dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

Além disso, ressalta-se a importância da valorização dos professores indígenas que foram formados para atuar em suas comunidades, pois se notou uma dificuldade em manter esses profissionais presentes e atuantes nas comunidades indígenas.

Na maioria das vezes, isso ocorre por intervenções políticas, as quais resultam em deslocamentos para outros lugares, por não disponibilizarem de apoio durante o período eleitoral, acarretando no remanejamento dos professores não indígenas para as comunidades.

Apesar disso, as escolas, juntamente com as comunidades, lutam contra esse sistema de inserção de professores não indígenas nos espaços escolares indígenas. A viabilização é de valorizar a existência de uma educação que possa atender ao ensino das comunidades quando se trata de ensinar.

Contudo, pelo pouco tempo que surgiu na luta indígena, esse povo já conquistou diversos reconhecimentos na educação escolar indígena. Dentre eles, as publicações de materiais didáticos voltados para a educação escolar indígena Kokama, a exemplo da produção do livro *“Gramática Kokama”* publicado em 2011, que foi traduzido e adaptado de Norma Faust (publicada em Série Linguística Peruana, nº 6, 1972).

O livro apresenta diversas informações, dentre elas as regras gramaticais utilizadas pelos falantes da língua materna. As pesquisas realizadas por discentes Kokama da OGPTB com os anciãos de várias comunidades indígenas reuniram os mitos contados pelos mesmos. Materiais como esse têm sido importantes para auxiliar os professores nas suas aulas, além de representar uma esperança para avançar no resgate da língua materna.

Com as escolas sendo identificadas como da etnia Kokama, ocorreram várias mudanças nesse cenário. A presença de alguns educadores indígenas passou a incentivar e disseminar esse conhecimento milenar para os integrantes dessa etnia por meio de oficinas, artesanatos (ARCANJO, 2018).

As publicações consultadas para este artigo demonstram muito bem esse cenário, pois, em algumas delas, observou-se que ainda há cobranças quando se trata da atuação de professores não indígenas nas salas de aula, questionando, principalmente, o porquê desses professores não valorizarem os conhecimentos existentes dentro da comunidade.

O currículo do ensino deve contemplar não apenas os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, mas também aqueles formadores de cidadãos críticos, conscientes, participativos e capazes de exercer o papel que lhes cabe na sociedade, na perspectiva da transformação social, ambiental e humana (FRANCO; NOGUEIRA; MARQUES, 2020).

Reigota (2009) afirma que a educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos.

Outro fator relevante é que a maioria dos trabalhos voltados para essa etnia foi realizada por uma pesquisadora indígena Kokama, e por meio de suas publicações, ressaltou-se que a mesma tem se dedicado em adquirir informações sobre as suas origens e é uma militante no reconhecimento do povo Kokama.

### **Estudo reflexivo dos trabalhos publicados sobre a Educação Indígena Kokama**

Nas análises realizadas a partir do banco de dados sobre a educação indígena Kokama, pode-se delimitar vários questionamentos a respeito da prática educacional dessa etnia, dentre eles, a inserção de professores não indígenas na educação formal, conforme descrito pelos mesmos, dificultando o processo de revitalização da identidade étnica dessa população.

Para os professores Kokama, a escola é um espaço que permite que os alunos sejam instigados a valorizar e se apropriar de conhecimentos, sejam eles tradicionais e/ou ocidentais, porém, se não for configurada no contexto das necessidades da comunidade, pode se tornar monótona e mecanizada, limitando o conhecimento de seus alunos e pode, ainda, permanecer sutilmente como uma ferramenta de colonização. “A Escola é percebida ao mesmo tempo com instrumento de empoderamento para autonomia e também como uma armadilha para a domesticação de conhecimentos” (CUNHA; CASARINO, 2016, p. 509).

Os trabalhos analisados deram ênfase ao que se pode denominar de respeito, um pedido de compreensão e valoração das tradições que pertencem a essa etnia. Pois, por muito tempo, os Kokama foram considerados um povo extinto para o governo brasileiro, já que se encontravam sem condições e determinação para afirmarem-se como indígenas, especificamente por não dominarem o seu idioma materno e terem adotado outros costumes.

As disputas políticas e sociais, tão evidentes nos estudos sobre etnogênese da atualidade, podem ser identificadas também em conflitos de terra nas aldeias indígenas do passado, desde meados do século XVIII. Os discursos sobre o desaparecimento dos índios que, misturados à massa da população, teriam se tornado mestiços e como tais não teriam mais direito à terra coletiva garantida pela legislação, foram essenciais no processo de extinção das antigas aldeias coloniais (ALMEIDA, 2017).

A mobilização dos povos indígenas, desde a década de 1970, resultou na fase da escola diferenciada e refletiu diretamente nas políticas e ações do final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 1988; e na década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN em 1996, além de legislação referente à escolarização indígena. Nessa intensa mobilização, as relações entre povos indígenas, Estado e sociedade civil tentam se definir e organizar no campo das políticas públicas a partir da ótica dos povos indígenas (SOBRINHO; SOUZA; BETTIOL, 2017).

Nas escolas indígenas Kokama, a maioria dos docentes foram preparados para trabalhar utilizando metodologias do conhecimento ocidental. Contudo, alguns profissionais indígenas apresentam didáticas que conciliam conhecimentos tradicionais com os conteúdos obrigatórios dos materiais oriundos do Ministério da Educação.

Essas dinâmicas de inserção de profissionais indígenas nos cursos de formação permitem novas análises sobre as mudanças no contexto de incentivar e contribuir com o resgate cultural, ambiental e linguístico dos povos Kokama. Tendo em vista a realidade de cada uma das regiões e localidades em que essa educação se desenvolve, seus currículos devem se adequar à valorização da cultura e do fazer da população a que se destina, de maneira a preservar seus usos e costumes (FRANCO; NOGUEIRA; MARQUES, 2020).

Outro fator importante destacado em um dos trabalhos encontrados nesta pesquisa bibliográfica é a necessidade de adaptação do calendário escolar ao ciclo sazonal amazônico, pois as dificuldades de acesso às escolas são diversas. Essa característica ambiental da

Amazônia influencia diretamente na permanência dos alunos em sala de aula, uma vez que os caminhos ficam totalmente submersos pela água, ocasionando a ausência dos mesmos nas escolas.

O Estado do Amazonas é o maior em área territorial do país, com 1.559.161,682 quilômetros quadrados, e detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica, conforme dados obtidos por Arcanjo (2018).

Com inúmeras vias fluviais, o estado possui patamares de altitude diferenciados de acordo com o volume de águas dos rios. E o período de permanência das escolas precisa ser adaptado para melhor rendimento de professores e alunos (FRANCO; NOGUEIRA; MARQUES, 2020).

Nesse contexto, faz-se necessário que os órgãos educacionais conciliem o calendário escolar com o calendário ecológico da região, na tentativa de solucionar esse impasse existente em comunidades que passam por esse dilema. Pois, como apontam Cunha e Casarino (2016), “o Estado não pode obrigar a enviar seus filhos à escola, como determinava a lei, porque isso seria “ordena-lhes que mudem radicalmente a sua norma de vida” (CUNHA; CESARINO, 2016, p. 377)”.

Nas descrições dos trabalhos encontrados, ressaltou-se a necessidade da inserção da educação escolar nas comunidades indígenas Kokama, para melhor preparar e assessorar as lideranças na representação dessa etnia, pois a reivindicação de seus direitos só foi possível devido à conciliação de conhecimento, em que os detentores do saber, “os anciões”, assessoraram os mais jovens na elaboração de documentos que reportem sobre o seu povo.

Destaca-se a presença de 13 alunos no Curso Intercultural: Formação de Professores Indígenas - Curso Intercultural, sob a responsabilidade do (PROLIND) Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas iniciado no ano de 2017.

Porém, ainda não se pode afirmar que o indígena tem uma educação diferenciada da educação ocidental, pois os alunos indígenas ainda passam por dificuldades quando se veem obrigados a frequentar uma escola que não tem essa configuração de ensinar dentro do contexto das diferenças culturais, muitos chegam a ser discriminados devido a sua língua e a não adaptação ao lugar.

Na tentativa de sanar essa problemática, tem-se buscado nos professores o papel de transmissor do conhecimento tradicional para as crianças, jovens e adultos daquela

localidade. Sendo assim, observa-se que o povo busca revitalizar e valorizar a cultura de seus antepassados, contribuindo para que o Brasil continue com essa diversidade cultural, justamente no respeito aos diferentes grupos, independente sentem parte da nação, do processo da sociedade brasileira, ou não, principal característica desse país.

Por esse e outros motivos, é imprescindível que essas determinações sejam cumpridas conforme estão descritas em documentos como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), Conselho Nacional de Educação (CNE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros.

Atualmente, o povo Kokama tem preservado a sua educação, por meio do reconhecimento, das suas comidas típicas, que são preparados com produtos extraídos diretamente da natureza, a exemplo do peixe assado em folhas de diversas palmeiras para dar um sabor diferente após o preparo, bem como por meio das suas festividades, a exemplo da comemoração do “dia dos mortos”, em que, no dia dos finados, a família prepara, entre outras coisas, comidas para ofertar aos membros da comunidade, que são convidados a comparecer na casa dos organizadores, realizam suas preces em favor da alma do falecido e, logo após, levam para suas casas aquilo que adquiriram durante o ritual, seja comida típica ou frutos.

Com o avanço dos estudos, foram construídos materiais pedagógicos, como as cartilhas que continham palavras nos dois idiomas, à língua portuguesa e a língua Kokama. Segundo Rubim e Faulstich (2014), na capital do estado Amazonas, desde 2005, os professores Kokama, Altaci Corrêa Rubim e Orígenes Corrêa Rubim na comunidade Nova Esperança, como resultado do processo de ensino-aprendizagem da língua Kokama, produziram a obra intitulada “*Yawati Tinin*”, com três volumes.

Nesses materiais, destaca-se um pouco sobre o cotidiano do povo Kokama, ensinamentos que foram transmitidos pelos mais velhos. A ideia de um lugar para compartilhar os saberes tradicionais surgiu, quando nos finais de semana, os indígenas se reuniam para ouvir as histórias contadas pelos mais velhos, entre eles, o cacique Sebastião Castilho. Para os Kokama, os anciãos do grupo representam conhecimento e experiência, pois detêm os saberes tradicionais que repassados aos mais jovens, tendem a não ser esquecidos, mas transformados e enriquecidos (SOUZA, 2021). Essas informações foram de grande avanço para essa população, especialmente no processo de reconquista de seu espaço na sociedade,

demonstrando que apesar das dificuldades enfrentadas, as reivindicações estão aos poucos sendo atendidas e já não podem mais ser relatados como um povo sem identidade.

Com a formação de alguns professores e pesquisadores interessados em participar do resgate e reafirmação da identidade étnica do povo Kokama, as experiências no processo de ensino foram diversas, dentre elas a disciplina “Introdução à Língua e à Cultura Kokama”, se destacando como a pioneira ao ser apresentada na modalidade à distância, por uma universidade nacional, a Universidade de Brasília (UnB), em conjunto com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), polo Benjamin Constant-AM e o polo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Tabatinga-AM.

Que esse processo de reconstrução sirva de incentivo para tantas outras etnias que estão invisibilizadas, sem ter instruções para iniciar a busca pelo reconhecimento, pois se sabe que hoje o Brasil vive um processo de estagnação e retrocesso com políticas de extermínio quando se fala de reconhecer e apoiar os povos indígenas por parte de seu governo. Pelo contrário, o que mais se vê são pessoas querendo retirar aquilo que já foi conquistado, alegando ser em nome do progresso e do desenvolvimento da região amazônica. Além disso, os impactos ambientais são desequilíbrios existentes no meio ambiente causados pelo encontro do ser humano com a natureza. Afinal, são muitos os que afirmam a riqueza desse bioma. Por isso, são retiradas da Amazônia Legal quantidades expressivas de uma série de materiais, alimentos, recursos e produtos naturais provenientes desse ecossistema. Sem o correto manejo de algumas matérias-primas corremos o risco de tornar estes recursos naturais cada vez mais escassos (RAMOS et al., 2020).

### **Considerações finais**

Observou-se que, apesar das dificuldades existentes, estas não desanimaram os que lutam por essa causa política, social e cultural. Porém, ainda há muito a ser feito e ser estudado, pois o povo Kokama, apesar dos acontecimentos, é uma etnia rica em cultura, tem muito a ensinar e a aprender. Reitera-se o incentivo à busca por mais informações, para que essa etnia não fique apenas nas propostas teóricas, mas que se realizem mais estudos práticos na tentativa de sanar algumas deficiências nesse processo de reconhecimento e valorização do povo Kokama.

Nas descrições dos trabalhos encontrados, ressaltou-se a necessidade da inserção da educação escolar nas comunidades indígenas Kokama, para melhor preparar e assessorar as lideranças na representação dessa etnia. Espera-se que esse trabalho sirva de incentivo à produção de mais estudos, a fim de conhecer a trajetória dessa etnia na atualidade, logo, que continuem na busca de se manterem firmes na luta pela causa indígena, pois as ações de práticas tradicionais relacionadas à produção, organização comunitária, planejamento de atividades em grupo como instrumentos integrados nas diversas áreas do conhecimento precisa ser mais preservada e conservada.

### **Agradecimentos**

Ao Instituto de Natureza e Cultura (INC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para a primeira autora.

### **Referências**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O mapeamento social, os conflitos e o censo: uma apresentação das primeiras dificuldades. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; SANTOS, Glademir Sales dos. (Orgs.). **Estigmatização e território: Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Editora da UFAM. 2008. p.19-33.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; RUBIM, Altaci Corrêa. Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 4, n. 1, p.67-80, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v.37, n.75, p.17-38, 2017.

ARCANJO, Geruzethe Urbano. **Análise do sistema educacional da etnia Kokama: um estudo reflexivo das produções textuais publicadas**. 2018. Monografia (Graduação em Ciências: Biologia e Química), Universidade Federal do Amazonas. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro; CASARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FRANCO, Zilda Gláucia Elias; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; MARQUES, Saray. Balsa escola: educação de tempo integral em uma escola localizada no campo em Humaitá no estado do Amazonas. **E-curriculum**, v. 18, n. 4, p. 2052-2073, 2020.

FREITAS, Marcos Antônio Braga. **O povo Kokama: Um caso de reafirmação de identidade étnica**. 2002. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Por que valorizar patrimônios culturais indígenas? **Ciência e Cultura**, v.60, n.4, p.34-36, 2008.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v.1, p.251-290, 2004.

OLIVEIRA, Caroline Terra de; BARÃO, Vanderlise; SILVA, Maria de Fátima Santos da; CANABARRO, Cauê. Educação Ambiental e a temática indígena na escola: Para além de uma visão mítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 25, p. 148-160, 2010.

PENAFORTE, Gilberxe Santana. **O povo Kaixana no município de São Paulo de Olivença: histórias e trajetórias emancipatórias**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

RAMOS, Luciana Maria de Moura. **As formas Kokama de estar na história: etnicidade, política e narrativa**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2004.

RAMOS, Albanice de Souza; FONSECA, Paulo Rogério Beltramin da; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; LIMA, Renato Abreu. A relevância da educação ambiental para o desenvolvimento da sustentabilidade: uma breve análise. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 4, p. 30-41, 2020.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. Editora Brasiliense: São Paulo, 2009.

RUBIM, Altaci Correa. **Identidade dos Professores Indígenas e Processo de Territorialização / Manaus - AM**. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2011.

RUBIM, Altaci Correa; FAULSTICH, Enilde. Aspectos de política linguística na elaboração de materiais didáticos para a língua Kokama. In: Congresso internacional de humanidades, palabra y cultura en América Latina: herencias y desafíos memoria e identidad en el contexto sociolingüístico y cultural latinoamericano, 27, **Anais...2014**, Santiago do Chile. UMCE.

RUBIM, Altaci Correa. Professores Indígenas e Processos de Territorialização na Cidade De Manaus / AM / Brasil. **América Crítica**, n.2, p. 67-94, 2017.

RUBIM, Deyse Silva. **Traçando Novos Caminhos: Resignificação dos Kokama em Santo Antonio Do Içá, Alto Solimões – AM.** 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2016.

SÁNCHEZ MECA, José. Meta análisis para la investigación científica, en **Sarabia Sánchez, F.J., Metodología para la Investigación en Marketing y Dirección de Empresas**, Ediciones Pirámide, Madrid, pgs. 173-200. 1999.

SANTOS, Jhonata Daniel dos; ALVES, Rozane Alonso. Uma análise histórica sobre a educação escolar indígena no estado de Rondônia. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v.7, n.17, p. 212-231, 2020.

SILVA, Tatiane Pereira da; OLIVEIRA, Carlos Alexandre. A educação ambiental e sua aplicação no ensino escolar indígena Xakriabá – São João das Missões/MG. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 5, p. 1-19, 2012.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Célia Aparecida. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. **Unisul**, v.11, n. 19, p.58-75, 2017.

SOUZA, Alcione Deodato de. **Construção do reconhecimento: um estudo da educação Kokama na comunidade Nova Esperança.** 2021. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. 2021.

URRUTH, Maria de Fátima Nascimento; CALIXTO, Patrícia. Educação indígena e educação ambiental – aproximações: o caso do povo do pássaro azul Shanenawá. **Revista Thema**, v.15, n.2, p.575-591, 2018.

VIEIRA, José Maria Trajano. **A Luta pelo Reconhecimento Étnico Dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru.** 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016.

*Submetido em: 02-06-2021*

*Publicado em: 15-08-2022*